

DEMOCRACIA E CIDADANIA NA EDUCAÇÃO ESCOLAR

Democracy and Citizenship In School Education

ORTH, M. R. B.

MEDEIROS, M.

PEREIRA, G.

Recebimento: 25/08/2011 – Aceite: 08/11/2011

RESUMO: O estudo sobre “ democracia e cidadania na educação escolar” origina-se do projeto de pesquisa “educação política: educação para a cidadania em escolas de ensino fundamental” e do projeto de Extensão “educação para a cidadania”, desenvolvido através do programa PIBIC e PEAP da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Erechim(RS). Objetiva, neste momento, expor nossas inquietações e estudo reflexivo de maneira sistemática, visando contribuir para a ampliação do processo de construção da cidadania em todos os níveis e modalidades da educação brasileira. Especificamente, pretendemos refletir sobre alguns pressupostos teóricos em que acreditamos e que consideramos necessários aos trabalhos que envolvem democracia e cidadania. Além disso, buscamos contextualizar esses pressupostos com as realidades apresentadas, a fim de propor algumas práticas pedagógicas possíveis ao exercício da democracia e da cidadania. Para tanto, organizamos nosso estudo e reflexões em três eixos: no primeiro eixo, procuramos destacar os pressupostos teóricos de uma educação voltada à democracia e à cidadania na perspectiva crítica. Já no segundo eixo, tentaremos realizar nossa leitura e interpretação de algumas realidades, tendo em vista o estudo que vimos realizando. Finalmente, apresentamos propostas de algumas práticas teóricas possíveis e realizadas no período de agosto de 2008 até o presente momento.

Palavras-chave: Educação. Democracia. Cidadania.

ABSTRAT: The study on “democracy and citizenship in school education, comes from the research project” political education: education for citizen-

ship in primary/elementary schools “, and the extension project” education for citizenship”, developed through the program PIBIC and PEAP from the Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões- Campus in Erechim.(URI). This project aims at bringing up our concerns and a reflexive study in a systematic way, to contribute to the growth of citizenship building process at all levels and types of Brazilian Education. Specifically, we intend to think about some theoretical assumptions that we believe and consider necessary for everything that involves democracy and citizenship. In addition, we try to contextualize these assumptions with the presented information in order to propose some possible pedagogical practices to the development of democracy and citizenship. To this end, we have organized our study and reflections into three different categories. The first area highlights the theoretical assumptions of an education system focused on democracy and citizenship in a critical perspective. On the second one, we will try to do our reading and interpretation of certain facts based on the study we have been developing. Finally, we propose some possible theoretical practices developed from August 2008 to the present date.

Keywords: Education. Democracy. Citizenship.

Democracia e Cidadania na Educação Escolar

A continuidade da História para mim é uma das explicações fundamentais para compreender/explicar o agir Humano. Essa continuidade é um termo de responsabilidade dos Humanos para consigo mesmos. Através da continuidade , que é a mera repetição, o Homem explica a si mesmo como Ser Histórico, Ser que caminha historicizando-se (SAVIANI, 2010, p.2, op.cit. PAULO FREIRE)

A temática “democracia e cidadania na educação escolar” surge em virtude das atividades de ensino¹, pesquisa² e extensão³, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica (PIBIC), do Programa Bolsa de Extensão, instituído como Programa de Assessoria Pedagógica e Psicológica (PEAP) da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), Campus de Erechim, do Departamento de

Ciências Humanas(Curso de Pedagogia), Grupo de Pesquisa Ética e Educação, tendo como linha de pesquisa “políticas públicas, currículo e educação”. Justifica-se pelo que segue:

a) A educação, tanto no sentido amplo como restrito, exerce uma função social. Isso significa que tanto educação sistemática quanto assistemática exercem influência decisiva na formação humana, o que leva ao entendimento de que as práticas sociais dominantes de individualismo e competição estão, de maneira prevalente no espaço social, representadas pela busca do ter e do poder, principalmente na sociedade de consumo. São, dessa forma, estimuladas no seio das práticas sociais e educativas. A sociedade, no seu conjunto, vem privilegiando ações individuais em detrimento das ações coletivas do grupo e da comunidade. Assim, ao centralizar o indivíduo, mediante suas ações e suas conquistas, exclui os contextos grupais, coletivos, comunitários, históricos e temporais. Com isso, elimina todas as possibilidades de construção para a humanização

social. Isso porque o mecanismo social flui a partir de estímulos visuais e sensitivos, que são enfatizados pela sociedade dominante e pelas suas organizações institucionais. Assim sendo, geram-se, no imaginário individual, necessidades materiais inclusas nos desejos, sonhos e anseios a serem conquistados individualmente. Nesse jogo de centralismo das práticas individuais, elevam-se o “eu” em detrimento do “tu” e do “nós”. Exibir e proclamar as conquistas individuais passa a ser parte de crescimento, progresso individual e de competência social. Isso conduz à construção de um humano desumano, egocêntrico e com patologia. Nesse sentido, existe a necessidade de repensar-se a sociedade, a educação e o humano.

b) A existência de uma sociedade humana requer ações planejadas e intencionais.

Devido ao quadro exarcebado de estímulo e divulgação de ações individuais, em detrimento das ações coletivas, a sociedade encontra-se em situação de risco e de crise. Risco nas relações e na convivência humana, dado que as existenciais estão sendo vivenciadas por múltiplas violências. Crise de valores, de ética e de moral, tendo como responsável o paradigma herdado (cartesiano). Isso significa práticas impositivas de condicionamento dos indivíduos a exercícios de classificação, divisão, seleção, manifestados na dicotomia de aptos e não aptos, dos que podem e dos que não podem, dos que sabem e dos que não sabem, dos talentosos e dos não talentosos. Tal situação direciona o pensar sobre o real e o ideal de pessoa humana e da sociedade, com vistas à mudança e à transformação. Para tanto, emerge também uma necessidade de ações planejadas e intencionais, por parte da escola e de seus educadores, visando à transformação social, de forma que todos possam participar efetivamente na reconstrução do humano que habita em cada ser.

c) As possibilidades de uma emancipação social estão na emancipação humana

de todos. As providências e os estímulos para que o indivíduo busque e realize sua emancipação social, são evidentes na sociedade. Porém, a observação que se tem encontra-se no fato de que o humano se educa na construção de sua relação com o mundo e com os outros. (FREIRE, 2002). Por isso, é impossível falar em conquista humana sem situá-la no espaço e no tempo, uma vez que é preciso refletir sobre o que, como, quando e onde ocorrem as conquistas dos indivíduos. Na reflexão sobre essas interrogativas, apreende-se que as ações dos indivíduos originam-se das oportunidades e condições proporcionadas em sua historicidade. Fato que encaminha a escuta e a visão de que poucos são os indivíduos que estão envolvidos nessa situação, embora estejam situados como parte desse todo denominado sociedade. Enaltecer práticas individuais em detrimento do grupo, do coletivo e/ou de uma comunidade, é excluir o todo e as partes que o compõem. Nesse sentido, a busca de uma emancipação social encontra-se condicionada à emancipação de todos. Quanto mais houver eclosão individual, isolada e solitária, maiores serão o afastamento e o distanciamento da emersão social de todos. Nesse caso, educação escolar e educação não escolar desempenham esse papel de trabalhar e privilegiar ações coletivas, por meio de vivências e experimentações, sem perder de vista o eixo giratório da sociedade. (MORIN e MOIGNE, 2000).

d) As práticas educativo-pedagógicas solidárias, coletivas e reflexivas podem levar à conscientização crítica. Potencializar e creditar práticas educativo-pedagógicas solidárias e coletivas torna-se necessário na sociedade atual. Isso quer dizer que é indispensável reverter o quadro atual com práticas educativo-pedagógicas nas quais os indivíduos possam vivenciar comportamentos, hábitos e atitudes de construção coletiva, de solidariedade, ou seja, conduzir ações de experimentação, de apreensão das aprendiza-

gens a serem propostas nos níveis cognitivo, afetivo e psicomotor. Nesse processo, o diálogo e a reflexão acerca do “aprender a ser, o aprender a fazer, aprender a aprender” (DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS) têm como base de sustentação a educação política. Nessa linha de pensamento, observa-se que muitos educadores escolares realizam práticas pedagógicas na premissa da ação-reflexão-ação do conhecimento e habilidades e competências, propostas pelo processo de ensino-aprendizagem, mas as mesmas apresentam lacunas na perspectiva da conscientização e da análise das implicações e consequências das mesmas na vida social. Isso faz com que se esteja priorizando, no ensino-aprendizagem, apenas o objeto de estudo, descontextualizando-o de situações reais. Exalta-se o imaginário e exclui-se o real sob o viés da criticidade.

e) O preparo para o exercício da cidadania é parte dos princípios e fins da atual Lei da Educação brasileira. Observa-se que o discurso sobre a formação condizente com a Educação Básica, ao tornar indispensável o exercício da cidadania entre educandos(as) da Educação Infantil ao Ensino Médio, vem sendo constituído por clichês e muito pouco se sabe sobre o que, de fato, as escolas vêm realizando. Nesse contexto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei Nº. 9.394/96, art. 32, salienta que, para o Ensino Fundamental, a formação básica do cidadão tem como objetivos:

I - o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo;

II - a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade;

III - o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aqui-

sição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores;

IV - o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social.

Ao considerarmos os pesquisadores em Educação, que centram seus estudos nas questões de cidadania, democracia, direitos humanos e participação, destacando proposições sobre essas temáticas, inserindo alguns elementos básicos para que o cidadão possa se emancipar, progredir no trabalho e em estudos posteriores, bem como para contribuir com o pleno desenvolvimento da pessoa humana, indagamos sobre a realidade a fim de conhecer o que realmente acontece e o que não acontece, ou como poderia ocorrer o exercício da democracia e da cidadania na Educação escolar.

Com isso, objetivamos, neste momento, externar nossas inquietações sistematizadas, visando a contribuir para a ampliação do processo de construção da cidadania em todos os níveis e modalidades da Educação brasileira. Especificamente, pretendemos refletir sobre alguns pressupostos teóricos em que acreditamos e que consideramos necessários às atividades que envolvem democracia e cidadania. Além disso, buscamos contextualizar tais pressupostos com as realidades apresentadas, para propor algumas práticas pedagógicas possíveis ao exercício da democracia e da cidadania. Para tanto, organizamos nosso estudo e reflexões em três eixos: no primeiro eixo, procuramos sublinhar a fundamentação teórica para uma educação voltada à democracia e à cidadania na perspectiva crítica. Já no segundo eixo, tentaremos realizar nossa leitura e interpretação de algumas realidades, com vistas ao estudo que vimos efetuando. Finalmente, apresentamos propostas de algumas práticas teóricas possíveis e realizadas no período de agosto de 2008 até o momento atual.

1 Do exercício da democracia e da cidadania à cidadania emancipatória.

A leitura e as reflexões críticas sobre “democracia e cidadania” iniciam-se com Locke (1999) e Rousseau (1996)⁴, encaminhando a afirmativa de que a luta pela sua construção e efetivação principia nos séculos XVII e XVIII, final da Idade Moderna e início da Idade Contemporânea, aproximadamente, quando, por um lado, Rousseau (1996, p.12-13) afirmava que:

O mais forte nunca é bastante forte para ser sempre o senhor, se não transformar sua força em direito e a obediência em dever.

[...] Ceder à força é um ato de necessidade, e não de vontade; é quando muito um ato de prudência.

[...] Ora, o que é um direito que perece quando cessa a força? Se é preciso obedecer pela força, não há necessidade de obedecer por dever, e, se já não se é forçado a obedecer, também não já se é obrigado a fazê-lo. Vê-se, pois, que a palavra direito nada acrescenta à força; não significa, aqui, absolutamente nada.

Por outro lado, Mello (1999, p.86, op.cit. LOCKE), ao explicar o pensamento de John Locke como um dos precursores do Individualismo liberal, destaca:

Em Locke, o contrato social é um *pacto de consentimento* em que os homens concordam livremente em formar uma sociedade civil para preservar e consolidar ainda mais os direitos que possuíam originalmente no estado de natureza. No estado civil os direitos naturais inalienáveis do ser humano à vida, à liberdade e aos bens estão melhor protegidos sob o amparo da lei, do árbitro e da força comum de um corpo político unitário.

Entretanto, as realidades deste século nos mostram que os princípios de democracia e de cidadania na Educação escolar ainda continuam permeados de princípios individualistas liberais ao invés de princípios sociais. Percebemos que no seio da prática pedagógica dominante, encontramos, ainda, a democracia e a cidadania em nível da permissão, daquilo que é concedido, desfavorecendo o que possa vir a ser construído. Isso porque um número significativo de sujeitos da Educação escolar apresenta, em suas maneiras de ser, através de suas atitudes e comportamentos, medo de se expressar, à espera de que seja concedida autorização, motivação e apoio para a emersão de opiniões e pensamentos no que se refere à realidade cotidiana da prática escolar e social. Coabitam, no interior das práticas pedagógicas e sociais predominantes, os princípios liberal-positivistas⁵. Em consequência disso, existe um sentimento no aluno, no professor e nos profissionais da Educação escolar de que as manifestações contrárias às expostas e estabelecidas na Instituição e no Sistema Escolar provocam conflitos e desestabilizam o instituído, prejudicando o crescimento dos organismos institucionais, bem como a vida escolar e profissional dos envolvidos. O silêncio e/ou omissão encontram-se como alternativa presente. Assim, a democracia e a cidadania são vistas como motivação e entrada de problemas institucionais, e não como uma busca pela solução de conflitos.

De acordo com isto, o problema principal da educação é o problema da participação dos homens na luta pelo progresso social. O que acontece no “interior” dos homens está profundamente influenciado pelo que sucede à sua volta e pelas coisas em que participa. Assim se liberta o homem das quimeras e das representações próprias do isolamento e da sedução da moral e liga-se à realidade. Esta ligação supera também o oportunismo, que as relações capitalistas existentes

consideram algo inevitável, e adverte contra uma adaptação utilitarista a estas relações que destroem a moral no próprio sentido da palavra. Assim, a diferença entre o que é e o que deve ser permanece, concretamente na luta pela nova realidade social, na luta pela realização do que deve ser (WOJNAR, 2010, op.cit. SUCHODLSKI, p. 73).

Por outro lado, há, entre os atores escolares e sociais, a compreensão de que democracia e cidadania se fazem com a participação efetiva de todos, o que contribuiria para o envolvimento e comprometimento. O cidadão considera-se em exercício de cidadania autônoma, responsável e comprometida, quando lhe são oportunizadas condições para apreender e aprender sua prática social e educativa com os outros. Isso porque

A individualidade do homem desenvolve-se, pois, não segundo o passado ou segundo as relações existentes, mas surge do “material” criado pela tradição e pela atualidade. Não surge como algo independente de nós, produto da tradição ou do ambiente, mas como consequência da participação ativa ao lado do progresso, pela participação na transformação das condições materiais de vida. (WOJNAR, 2010, p. 83).

Diante disso, consideramos que existe a necessidade de democracia e cidadania emancipatórias e não regulatórias na construção de uma sociedade justa e igualitária. O fato é que os discursos sobre a temática democracia e cidadania permanecem na esfera do senso comum, tornando-a fragmentária e classificatória. Desconsidera-se a luta histórica no Brasil pela democracia cidadã configurado, institucionalmente, no momento da Constituinte (1988). Exclui-se o pensamento de construção permanente do processo. Exime-se do cuidado, do zelo pela educação, no sentido de projeto coletivo e de propósitos em ampliar essa conquista.

Muitos ainda realizam a leitura de democracia e cidadania apenas na perspectiva do papel político-civil – votar e ser votado. Na Educação escolar acontece de igual maneira. Nesse sentido, eleições de gestores escolares, de colegiado, consideram-se suficientes à contemplação dos princípios de democracia e cidadania. Nega-se a leitura do processo histórico-civilizatório e, por conseguinte, a escuta emergente dos outros na sua totalidade, pois a escuta de outros é, para muitos, a escuta de seu círculo de amizades mais próximo, negando, à grande maioria, sua participação.

2 Implicações da (não)democracia e da (não)cidadania à Educação escolar na vida social,

O problema da formação social deve ser posto no primeiro plano das nossas preocupações referentes aos programas de ensino, deve ser considerado em toda a sua vastidão e ir do conhecimento dos grandes processos sociais do mundo moderno à capacidade de compreender o meio concreto em que se age e se vive. (WOJNAR, 2010, p.134).

O pensamento dirigido sobre “implicações da (não)democracia e da (não) cidadania da Educação escolar na vida social” fundamenta-se, principalmente, na dimensão social da escola, atribuída pela sociedade de classe dominante. Se, por um lado, a sociedade dominante reafirma, por meio de sua organização social, política, territorial, econômica e cultural, a divisão de classes, determinando as condições e oportunidades para a grande maioria, por outro lado, exige dessa grande maioria o cumprimento de princípios e normas definidos e estabelecidos por ela sem a participação e envolvimento destes. Isso faz com que desejos e anseios de muitos indivíduos inseridos historicamente na classe

marginalizada, sejam pela busca constante de ocupar, também, os espaços da classe dominante, correndo o risco de passarem de oprimidos a opressores.

Essa realidade já vem sendo apresentada

Na medida em que o homem perde a capacidade de optar e vai sendo submetido a prescrições alheias que o minimizam e as suas decisões já não são suas, porque resultadas de comandos estranhos, já não se integra. Acomoda-se. Ajusta-se. O homem integrado é o homem sujeito. A adaptação é assim um conceito passivo – a integração ou comunhão, ativo. Este aspecto passivo se revela no fato de não ser o homem capaz de alterar a realidade, pelo contrário, altera-se a si para adaptar-se. A adaptação daria margem apenas a uma débil ação defensiva. Para defender-se, o máximo que faz é adaptar-se. Daí que a homens indóceis, com ânimo revolucionário, se chame de subversivos. De inadaptados. (FREIRE, 1976, p. 42).

Outras implicações compreendidas pela (não)democracia e pela (não)cidadania dizem respeito a comportamentos autoritários e individualistas, com o desenvolvimento de práticas de intolerância social, traduzidas em violência social e escolar, bem como dificuldades de escuta e reconhecimento do outro. Isso porque as lacunas históricas de vivências de democracia, de igualdade, de acesso e oportunidades ao bem público, ao bem comum, são levadas no âmbito de concessão de direitos individuais em detrimento dos coletivos.

Se o indivíduo é hoje o pior inimigo do cidadão, e se a individualização significa problema para a cidadania e para as políticas baseadas na cidadania, é porque são as preocupações e os interesses dos indivíduos que indivíduos preenchem espaços públicos, pretendendo ser seus únicos ocupantes legítimos e expulsan-

do todo o resto do discurso público. O público é colonizado pelo privado; o interesse público é reduzido à curiosidade a respeito das vidas privadas das figuras públicas, limitando a arte da vida pública à exposição pública dos casos privados e das confissões públicas de sentimentos privados (quanto mais íntimos melhor). As questões públicas que resistem a tal redução se tornam incompreensíveis (BAUMANN, 2008, p.68).

A negação da existência de condicionantes ao processo de democratização e exercício da cidadania compreende a emergência de situações e fatos desumanos, configurados em fenômenos sociais, educacionais, políticos, culturais e históricos que possuem representações e significações nos problemas de Educação referentes à igualdade de oportunidades, igualdade de acesso e permanência na escola, à universalização do Ensino, à divisão do trabalho escolar (hierarquização), entre outros. Esses problemas educacionais são reflexos dos fenômenos sociais (divisão de classes e de território), dos fenômenos políticos (estrutura e organização do Estado), em que o Estado de Direito se sobrepõe ao Estado de Bem-Estar Social, como também dos fenômenos históricos que negam as contribuições e formação cultural do processo civilizatório, e, em especial, a formação do povo brasileiro.

Além disso, é relevante perceber que há conflitos de ideias sobre democracia e cidadania. Quando se apresentam, os termos são tidos como conceitos universais, esquecendo-se do processo histórico de construção do pensamento democrático e do pensamento cidadão. Diferenciam-se das tendências pedagógicas e filosóficas. A par disso, o conflito se instala principalmente quando se busca teorizar tais conceitos. Utilizar-se dos princípios de uma democracia social, sob práticas democráticas cidadãs liberais, significa

desconhecimento do processo civilizatório sobre cidadania. Os encaixes entre elas não se complementam, podendo tornar-se caminhos paralelos.

Por isso, há a necessidade de que as práticas sociais e educativas se complementem e se articulem, a fim de ser viável dinamizar a dialogicidade dos processos social e escolar.

3 Proposta de algumas práticas possíveis de teorias.

A tarefa do pedagogo consiste em ajudar os indivíduos nas condições de sua vida real e cotidiana. Se afirmarmos que o ser humano, nascido biologicamente, nasce novamente como homem graças à educação, o sentido moderno dessa definição deve implicar a problemática da formação dos indivíduos, com vistas à realização das suas tarefas colocadas pelo desenvolvimento histórico da humanidade (WOJNAR, 2010, p.138).

A sustentabilidade de práticas possíveis teóricas em educação escolar, para o processo construtivo e educativo da cidadania e da democracia, compreende ações direcionadas à retomada do projeto de humanização que envolve: princípios de ética e moral emancipatórias para todos; práticas solidárias, fraternas e compartilhadas; práticas reflexivas contínuas sobre “cuidar e educar”, em prol da cidadania e da democracia igualitárias; processo permanente e dinâmico do planejamento e gestão educacional na perspectiva de direitos humanos, cidadania, participação e democracia igualitária; avaliação periódica caracterizada como contínua, cumulativa e diagnóstica do projeto educativo-pedagógico da escola, visto que

A concepção do homem toma, por isso, um caráter social e histórico; o homem converte-se num ser concreto que atua na realidade e a reflete nas suas vivên-

cias, num ser que está determinado por relações de produção concretas e que está integrado em determinadas classes da sociedade. A educação obtém, com isso, uma orientação objetiva e social que está livre de opiniões falsas sobre a vida interna independente e sobre a natureza humana irracional, e que certa terapêutica psíquica poderia melhorar os indivíduos e as relações sociais. (Ibid, 2010, p.80).

Nessa dimensão, ao se considerar a “educação como uma orientação objetiva e social” a serviço de uma educação democrática e cidadã, é que elegemos alguns pressupostos que consideramos necessários a ações dirigidas a uma prática pedagógica emancipatória e transformadora dos sujeitos educativos. Assim, encaminhamos algumas ponderações que podem torná-las democráticas:

3.1 Por uma ética e moral emancipatórias

Dermerval Saviani (2010, p.98), ao ser indagado sobre “ética e moral”, declara que:

Correntemente as palavras “ética” e “moral” são usadas, de modo geral, como sinônimos, significando os princípios e normas da boa conduta ou a própria conduta quando guiada por regras que conduzem a praticar o bem e evitar o mal. Em sentido técnico, a “ética” refere-se aos princípios e normas como tais e, mais especificamente, à ciência ou à parte da filosofia que estuda princípios e normas buscando distinguir entre o bem e o mal, ao passo que a “moral” corresponde à retidão dos costumes que conduzem a ações consideradas corretas e meritórias no seio de uma determinada comunidade que compartilha um mesmo sistema de valores.

Percebe-se que a inserção da democratização cidadã plena enfrenta barreiras, principalmente no que diz respeito às questões de

ética e de moral. As questões ética e moral, tendo como princípio o processo histórico-social crítico, necessariamente, contraem divisibilidade, classificação, temporalidade e territorialidade, ou seja, nessa perspectiva é inadmissível pensar ética e moralmente em tempos e espaços diversos e diferenciados com comportamentos, atitudes e hábitos também diversos e diferenciados. Há uma necessidade de se estabelecerem umas ações rigorosas, reflexivas e críticas. É impossível conceber ações que se ajustem em conformidade com o momento e/ou com as situações. Isso porque ética e moral emancipatórias possuem em seu bojo um processo permanente e contínuo de radicalização. Não há lugar para meio-termo.

A partir daí, analisamos a necessidade de se construírem e ou se apresentarem modelos de pessoa humana ética e moral, a fim de que possamos restituir o que é do humano e de sua natureza própria. Para tanto, acreditamos que é possível fazer emergir, nos alunos de Educação Básica, reflexões e práticas de democracia, de cidadania e, por conseguinte, de direitos humanos.

3.2 Ressignificação do projeto político-pedagógico da escola

Sustentado em vivência de práticas democráticas, participativas e cidadãs, isso porque a construção do projeto político-pedagógico da grande maioria das escolas configura-se em fragmentos de democracia, de cidadania e de direitos humanos. A Escola, em seu todo, necessita indagar-se sobre quais práticas dominantes vem protagonizando.

3.3 Pedagogia de Projeto Interdisciplinar

Tendo como princípio a gestão democrática e participativa de todos os sujeitos educativos (pais, alunos, funcionários, professores,

comunidade em que a Escola se insere), a partir dos problemas que a escola enfrenta em termos de (não)democracia e (não) cidadania.

3.4 Reelaboração da matriz curricular

Existe possibilidade de reorganização da matriz curricular que se configurará em plano de estudos, através de eixos temáticos integradores das diferentes áreas de conhecimentos, na perspectiva de uma escola cidadã que inclua a avaliação escolar na dimensão crítica, participativa e cooperativa.

3.5 Oficina de Cidadania

Com o propósito de se trabalhar uma das problemáticas referidas pela ação diagnóstica, tendo como princípio a gestão democrática, é possível incluir nas oficinas pedagógicas temáticas que envolvam situações do cotidiano social, tais como: violência, corrupção, acesso aos serviços públicos, direitos humanos, participação, democracia, política e políticos, entre outras.

Considerações finais

Após realizarmos o estudo sobre “democracia e cidadania na educação escolar”, em que foi possível levantar algumas questões que consideramos necessárias à prática pedagógica consciente e reflexiva, podemos afirmar ainda, que as possibilidades de ações precisam considerar os diferentes conceitos e posicionamentos sistematizados cientificamente pelos pesquisadores, e denunciados na prática pedagógica.

Acreditamos, inicialmente, que a questão da cidadania crítica implica práticas democráticas solidárias, participativas e coletivas, se desejarmos uma cidadania emancipatória e crítica.

Contudo, é imprescindível a revisão de conceitos e estratégias políticas que envolvem o exercício democrático cidadão. Observamos que há “práticas democráticas objetivas e subjetivas, com o propósito de controle, de poder centralizador” e há “práticas democráticas objetivas e subjetivas”, com o propósito de educar e cuidar, ou seja, existem determinantes para práticas de alienação dos indivíduos e existem práticas que buscam a emancipação crítica. Porém, as práticas dominantes sociais e educativas, com vistas à democracia, envolvendo fins objetivos e subjetivos desconhecidos pelo todo e conhecidos por alguns vêm sobressaindo-se no meio social e educativo, o que dificulta e obstaculiza as possibilidades de participação e comprometimento crítico social.

Parece que, no exercício democrático, as intenções de uns sobre os outros, excluindo desejos e necessidades de todos, constituem normalidade, em que delineiam ações sobre os outros se esquecendo de delinear ações com os outros. Isso faz com que seja alimentado, o pensamento dicotômico entre os que pensam e os que fazem.

Por outro lado, vimos também que as questões existenciais, no que se refere a democracia e cidadania na Educação escolar,

primam pela dificuldade de ação reflexiva da prática pedagógica. O imediatismo, o consumismo, a produção desenfreada, para fins de resultados, bem como as posições sobre Escola, sobre conhecimento, sobre habilidades e sobre competências necessárias à formação humana para ajustes de mercado, confundem-se e desqualificam outras práticas pedagógicas.

Tais fenômenos vêm emergindo cada vez mais. Aqueles(as) professores(as) que se integram em uma proposta dessa natureza, exercício crítico de cidadania e democracia em sua prática pedagógica na perspectiva de educar e cuidar, são por sua vez, barrados ou pelo próprio sistema, ou pelos próprios alunos⁶.

Além disso, acrescentamos a necessidade de indagar sobre a afirmativa de que “democracia é o exercício da maioria”. De que maioria estamos falando? Como essa maioria se constitui? Quais as oportunidades e condições a ela oferecidas?

De qualquer maneira, mesmo considerando a complexidade, envolve “democracia e cidadania escolar para fins sociais”, permanecemos acreditando e investindo em sociedades justas, igualitárias, democráticas e cidadãs para todos, sem exclusão de classe, raça, credo e/ou ideologia política.

NOTAS

¹ Exercício de Docência nas Disciplinas Política Educacional e Organização da Educação Brasileira e Planejamento e Gestão Educacional nos cursos de Licenciatura e Pós-graduação lato-sensu.

² No momento estamos desenvolvendo a pesquisa “Educação política: educação para a cidadania”.

³ O projeto de extensão “Educação para a cidadania” surge de outras Extensões realizadas e encontra-se articulado com a atual pesquisa.

⁴ Histórias críticas contadas em aula pelo Prof. PhD. Ricardo Rossato (RS).

⁵ Aqui nos referimos ao pensamento positivista de divisão de classes, classificação e seriação de indivíduos, entre outros.

⁶ Essas questões são expostas pelos alunos de Graduação e pelos professores de diferentes níveis de Ensino no exercício da docência. Salientam eles que os familiares, gestores, em sua grande maioria, exigem conteúdos para fins de mercado de trabalho e/ou para concurso de vestibular e/ou ENEM, e/ou prova Brasil, etc.

AUTORES

Mara Rúbia Bispo Orth - Professora Coordenadora do projeto de Pesquisa “Educação política: educação para a cidadania”. Coordenadora do projeto de Extensão “Educação para a cidadania”. Pedagoga; Orientadora Educacional; Mestre em Educação. Exerce docência na URI-Campus de Erechim.

Marina Medeiros - Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI Campus de Erechim. Bolsista de Pesquisa do projeto “Educação política: educação para a cidadania”.

Giovana Pereira - Acadêmica do Curso de Pedagogia da URI-Campus de Erechim. Bolsista de Extensão do projeto “Educação para a cidadania”.

REFERÊNCIAS

BAUMANN, Zygmunt. **A sociedade individualizada**: vidas contadas e histórias vividas. Rio de Janeiro: ZAHAR, 2008.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. ed.6. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 32 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

MELLO, Leonel Itaussu Almeida. John Locke e o individualismo liberal. In: WEFFORT, Francisco (Org.). **Os clássicos da política**. ed.12 São Paulo: Ática, 1999.

MORIN, Edgar e MOIGNE, Jean-Louis. **A inteligência da complexidade**. ed.2 São Paulo: Petrópolis, 2000.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **O contrato social**. ed.3. Trad. Antonio de Pádua. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

SAVIANI, Dermerval. **Interlocuções pedagógicas**: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação. Campinas(SP): Autores Associados, 2010.

WOJNAR, Irena; JASON Ferreira Mafra (org.). **Bogdan Suchodolski**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. Disponível em: http://www.mec.gov.br/dominiopublico/coleção_educadores.

